

JULGAMENTO ADMINISTRATIVO

Divergência de crédito

Processo nº 0810707-44.2025.8.10.0040

Vara Única da Comarca de Itinga/MA

Recuperação Judicial

Recuperandos: Grupo ARCO-ÍRIS (ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA – EPP• GERSON DE SOUSA KYT GILSON DE SOUSA KYT IULHA GARCIA KYT KMX AGRONEGÓCIO LTDA EDUARDO MACAGNAN LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA)

Administrador Judicial: JOSÉ EDUARDO PEREIRA JÚNIOR

Credor: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- Cnpj: 00.360.305/0001-04,

Link para acesso: **www.ejadvconsujus.com.br**

1.Síntese

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, apresentou divergência administrativa, nos termos dos arts. 7º, §1º, e 9º da Lei 11.101/2005, perante esta Administração Judicial, quanto ao crédito que lhe foi atribuído na 1ª Relação de Credores apresentada pelos Recuperandos no valor de R\$ 18.414.861, na Classe III – Quirografários.

Diverge do valor indicado na classe III- Quirografários- e ainda pede a exclusão de um crédito no valor de R\$ 2.406.955,97 decorrente de dois contratos de financiamento habitacional, por não ter relação com atividade de produtor rural, e ainda possuem garantia de alienação fiduciária sobre o bem Imóvel.

Ao final, requer a retificação na segunda relação de credores na classe III- Quirografários- para incluir o valor do crédito de R\$18.047.089,65, atualizado até a data do pedido da recuperação judicial, bem como a exclusão do crédito de 2.406.955,97, referente a contratos de financiamento habitacional, que possuem garantia fiduciária sobre bem imóvel, nos termos do art. 49,§3º da LRJF.

2) Da documentação apresentada

A divergência veio acompanhada dos seguintes documentos:

- 2.1. CCB_4250.1454.2110214-56;
- 2.2. Contrato_0369.001.00030157-0;
- 2.3. Demonstrativo_de_debito_4250.1454.2110214-56;
- 2.4. Extrato_0369.001.00030157-0;
- 2.5. Extrato_0369.2195.584735323-1;
- 2.6. Faturas_0863.8700.37108338_(cartao_5530.96xx.xxxx.4235);
- 2.7. Procuração
- 2.8. Quadroresumo_de_credito;
- 2.9. TCG_aplicação_09.4250.767.0000002-59;
- 2.10. TCG_duplicatas_09.4250.767.0000002-59;
- 2.11. Comprovante_de_consolidação;
- 2.12. Comprovante_de_consolidação;
- 2.13. Contrato_160000024742-5;
- 2.14. Demonstrativo_de_débito_160000024;
- 2.15 Demonstrativo_de_débito_16000002251-2;
- 2.16. Posicao da carteira de cobrança;
- 2.17. Quadro resumo de crédito

3. Da manifestação dos Recuperandos.

Instados a se manifestar, os recuperandos sustentaram o valor correto dos créditos e sua classificação, silenciando quanto ao pedido de exclusão dos efeitos dos créditos da RJ, dos créditos decorrentes de contratos de habitação, garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis.

PARECER DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Das manifestações e dos documentos enviados pelo credor e devedores, não restam dúvidas de que, exceto os créditos decorrentes dos contratos de financiamento habitacional, os demais créditos foram alocados corretamente na classe III-Quirografários- na 1ª realação de credores,

tanto que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, diverge apenas quanto ao valor indicado, requerendo a atualização na data do pedido de recuperação.

Já em relação aos contratos de financiamento habitacional- 160000024742-5 e 160000002251-2, citados na peça do credor, apenas o primeiro, no valor de R\$ 2.800.000,00 foi enviado a esta administração judicial, no qual se observa garantia fiduciária sobre um imóvel de matrícula nº 98.277, situado na 4ª Circunscrição Imobiliária de Goiânia/GO. Contudo, tal contrato não veio devidamente acompanhado da certidão de registro da matrícula nº 98.277, pela qual se pudesse aferir a perfectibilização da referida garantia fiduciária, nos termos do art. 23 da lei 9.514/97.

Assim, diante da comprovação da constituição válida e regular da mencionada garantida sobre o bem imóvel, impõe-se a sujeição dos créditos derivados dos contratos nºs- 160000024742-5 e 160000002251-2, aos efeitos da recuperação judicial do Grupo Arco-Íris, na classe III- Quirografários.

CONCLUSÃO

Após minuciosa análise dos argumentos expostos na divergência e dos documentos apresentados pelo credor e o grupo devedor (em recuperação judicial) concluímos, pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL** da divergência para manter os créditos da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, decorrente dos contratos - 09.4250.767.0000002-59; 2110214-56; 584735323-1 (SIDECA 0369.001.00030157-0); 37108338 (cartão 5530.96xx.xxxx.4235), na segunda relação de credores na classe III- quirografários, no valor atualizado até 30/05/2025, no importe de R\$ 18.047.089,65, bem como sujeitar ao concurso de credores os decorrentes dos contratos habitacionais - nºs **160000024742-5 e 160000002251-2**, no valor de 2.406.955,97, na mesma classe, totalizando- **20.454.045,62**.

É o parecer.

São Luís-MA, 29 de setembro de 2025.

Administrador Judicial